

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO  
DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL.

PEDIDO DE LIMINAR

**RICARDO SABINO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, cumim inscrita sob o RG nº. 3374357-6 SEDS/AL, e no CPF sob o nº. 098.195.314-03, residente e domiciliado na cidade de Maceió/AL, à Lot. Tabacua, nº. 405, Bairro: Jacintinho; nesse particular representado por seu advogado abaixo assinado, instrumento de mandato anexo, endereço impresso no rodapé, vêm à presença de Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS<sup>1</sup>** em face de:

**COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.170.191/0001-39, com sede na, Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1681– 4º, 5º, 6º e 7º andares – CEP 04571-011– São Paulo – SP, pelas razões que adiante expõe:

---

<sup>1</sup> RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.453 - MS (2012/0218955-5). PROCESSO CIVIL. **RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA**. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. **AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO PRÉVIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. NECESSIDADE.** 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese: A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, **a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável**, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária. (...) **Contudo, conforme demonstrado, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a propositura de cautelar de exibição de documentos, em se tratando de documentos comuns às partes, é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração de relação jurídica entre as partes.**(...)

## FATOS

Em 26/10/2013 a parte autora sofreu grave acidente de trânsito e atualmente apresenta quadro de invalidez permanente parcial. A parte autora deu início a processo administrativo para o pagamento do prêmio do seguro DPVAT perante a Ré. Para isso, durante o procedimento, juntaram todos os documentos originais previstos em lei para receber o seguro. No entanto, ao final do processo, tal documentação não foi retornada à parte autora, muito menos teve ela acesso à perícia e outros documentos afins.

Atualmente a parte autora busca o ressarcimento da indenização por entender ser claro que o pagamento realizado na esfera administrativa não condiz com o valor que ela tem direito. Entretanto, para instruir futura ação é imprescindível a juntada do processo administrativo, com todos os dados do acidente e documentos.

A parte autora, conforme Aviso de Recebimento em anexo<sup>2</sup>, tentou extrajudicialmente receber a cópia do processo administrativo, todavia, não obteve resposta da Ré. Diante de tal inação, não há outra medida a ser tomada se não o ajuizamento da presente ação para obter os documentos necessários.

Com a medida de exibição de documentos, requer seja a ré COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS intimada a apresentar cópia do processo administrativo de seguro da invalidez já indagado. Destaca-se que a ré faz parte do rol de seguradoras autorizadas a trabalhar com o seguro DPVAT e seu nome está indicado, inclusive, no site da seguradora Líder, ou seja, possui senha para acessar o sistema e poderá facilmente entregar a processo administrativo em questão.

O processo administrativo deverá conter cópia do boletim de ocorrência, dados do acidente e comprovação de pagamento, especialmente data de pagamento, valor recebido, **data de entrada do processo** e eventuais perícias realizadas.

## DO DIREITO

O diploma legal que regulamenta os termos desta pretensão esta no CPC/1973, art. 355 a 363. A medida também tem fundamento por analogia ao procedimento cautelar preparatório com previsão legal no

---

<sup>2</sup> Entendimento do STJ de pertinência mesmo sem pedido administrativo prévio (destacando que neste caso há pedido prévio administrativo: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ. 1. **Esta Corte firmou entendimento quanto à existência de interesse de agir na propositura de ação de exibição de documentos de consumidor no âmbito da relação consumerista, independentemente do pedido na seara administrativa. Precedentes.** 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1228289/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 04/02/2014)". (grifo nosso)

*Juliana@brunofuga.adv.br*

CPC/1973, art. 796, 801 a 803, 809, 844<sup>3</sup> e 855. O *caráter preparatório da presente cautelar* se dá em razão da necessidade de conferência da data do pagamento administrativo (para verificar eventuais pedidos de correção), além de eventuais perícias realizadas.

Necessário se faz também a **concessão da liminar** para exibição dos documentos, pois presente esta o *periculum in mora* e *fumus boni iuris*. A demora na exibição do documento implicará em atraso no julgamento de eventuais lide principal, que inclusive estará apta para o julgamento antecipado. O *fumus boni iuris* está comprovado pelos anexos documentos comprobatórios e na necessidade da parte autora provar que o pagamento realizado na esfera administrativa foi realizados de forma incorreta. Ademais as cópias são necessárias para a parte autora instruir eventual ação de indenização ou pedido previdenciário, ou seja, os documentos são da parte autora e com ela devem ficar.

## DO DIREITO DE INFORMAÇÃO. CARÁTER SATISFATÓRIO.

A medida poderá ter caráter preparatório, ou seja, pode ser reconhecida como eventual medida cautelar, porém insta salientar que a mesma também é meio o qual a parte autora objetiva conhecer e fiscalizar procedimento em que foi envolvida direta e ativa. Por esta razão, resta evidente o caráter satisfativo da presente demanda como disposição do acesso à informação, garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso XIV da Constituição Federal<sup>4</sup>.

Desta forma, diante de um procedimento deveras obscuro, que não apresenta cópias dos documentos entregues ou dos registros dos atos tomados pela seguradora, percebe-se claramente razoável o ânimo da parte autora em propor a ação judicial, visando obter a ciência exata do que foi realizado ao longo do processo administrativo, com o intuito de esclarecer eventuais dúvidas que tenham restado. Ademais, faz parte de empresa que parte do “lucro” é encaminhado para o SUS, ou seja, seu controle faz parte de interesse da sociedade.

**Ademais, conforme já ressaltado, a data do pagamento administrativo poderá ser o marco inicial da correção a ser pleiteada em ação principal. Na posse desta informação, será do juízo de conveniência da parte autora, a partir dos cálculos que determinarem o *quantum* a que**

<sup>3</sup> Art. 844. Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial: I - de coisa móvel em poder de outrem e que o requerente reputa sua ou tenha interesse em conhecer; II - de documento próprio ou comum, em poder de interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios; III - da escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo, nos casos expressos em lei. (grifo nosso)

<sup>4</sup> XIV - é assegurado a todos o acesso à informação, e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

**tem direito e verificando não se tratar de valor ínfimo, propor ou não ação judicial de cobrança. Daí outro aspecto do caráter satisfativo da demanda.**

## **CPC/2015.**

Em breve, em situações similares, poderá a parte autora propor produção antecipada da prova nos termos do art. 381 e seguintes do CPC/2015.

A alteração será significativa e tem, inclusive, reflexos nessa ação, pois a ideia do CPC/2015 é a mesma dessa pretensão, ou seja, o **direito autônomo de produzir a prova**<sup>5</sup>. Neste sentido:

**Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:** I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação; II - a prova a ser produzida **seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;** III - o **prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.**

Verifica-se que claramente que há um direito autônomo de produzir a prova, ou seja, o documento é comum das partes e, logicamente, terá a parte autora direito de pedir suas cópias, a recusa é injustificada.

Quando da entrada em vigor do CPC/2015, poderá a parte autora entrar com a referida ação de produção antecipada de provas sem a medida cautelar, pois a prova passa a ter caráter autônomo, medida esta bem similar, portanto, ao objeto dessa pretensão.

## **PEDIDO**

Diante do exposto, REQUER:

a) A **concessão da liminar**, *inaudita altera pars*, com intimação da ré, para no prazo de 5 dias apresentar cópia do processo administrativo<sup>6</sup> de Seguro DPVAT do acidente de trânsito da parte autora, *com cópia de todos os documentos do processo, além de data de entrada, data de pagamento e eventuais perícias médicas;*

b) a citação da ré, para que tome conhecimento do inteiro teor da pretensão e, no prazo legal, apresente defesa, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;

<sup>5</sup> Neste sentido: DIDIER Jr, Fredie. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos tutela.** Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira – 10. ed.. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015, v. 2

<sup>6</sup> Princípio da economia processual e previsibilidade das decisões, veja precedente do STJ no início.

c) requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos: como prova documental e o anexo Aviso de Recebimento (recusa administrativa para o princípio da causalidade).

d) Seja ao final julgado procedente o pedido da parte autora, para condenar a ré a apresentar cópia do processo administrativo de Seguro DPVAT do acidente de trânsito ocorrido, **inclusive com condenação aos honorários de sucumbência pelo princípio da causalidade**<sup>7</sup> (CPC/1973, art. 20, §4º);

e) as **intimações**, art. 39 CPC, sejam encaminhados para **Juliana Trautwein Chede**, OAB/PR nº. 52.880, advogado devidamente constituído, endereço impresso do rodapé e recebe intimações pelo D.J.;

f) o benefício da assistência judiciária gratuita uma vez que a parte autora não tem a mínima condição de custear o processo;

Atribui-se à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais)

**Termos em que, pede deferimento.**  
**Londrina, terça-feira, 17 de novembro de 2015**

**Juliana Trautwein Chede**  
**OAB/PR 52.880**

---

<sup>7</sup> Neste sentido, conferindo direito aos ônus de sucumbência pelo princípio da causalidade: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; LINS CONCEIÇÃO, Maria Lúcia; SILVA RIBEIRO, Leonardo Ferres da; MELLHO, Rogerio Licastro Torres de. **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil, artigo por artigo**. RT, 1º, ed. São Paulo, 2015.